SINTRAJUD 15 anos
nossa luta faz acontecer
FENAJUFE

Jornal do Judiciário

Coordenação Nacional de Lutas – Conlutas
Filiado à Conlutas

Segunda-feira, 23 de Agosto de 2010 - JJ 395 - 13.000 exemplares - Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário - www.sintrajud.org.br - (11) 3222.5833

STF solicita orçamento para PCS, governo diz que não vai aceitar

Categoria tem que retomar greve!

Em Assembleia Geral, servidores aprovaram parar 24 horas no dia 30 de agosto. Proposta será apresentada na reunião da Fenajufe desta terça-feira

Retomar a mobilização será a única forma de garantir o PCS. Em assembleia geral, no dia 18, os servidores destacaram que o retorno da greve por tempo indeterminado não está descartado. O governo tem até o dia 31 de agosto para enviar ao Congresso o texto da Lei de Orçamento Anual (LOA). Por isso, foi aprovado que no dia 30 haverá paralisação de 24 horas. O objetivo é pressionar a inclusão dos recursos necessários à implantação do PL 6613/09.

O presidente do STF, Cezar Peluso, enviou um ofício solicitando ao ministro Paulo Bernardo, do Planejamento, a inclusão do PCS na LOA. No entanto, há informações vindas do STF, do STJ e da própria Secretaria de Orçamento Federal (SOF) de que a previsão para o PCS-4 ficará de fora do orçamento da União para 2011. "O Executivo deveria aceitar os ofícios do Peluso, ao não aceitar, interfere no Poder Judiciário, ferindo a autonomia entre os poderes, conforme prevê a Constituição", analisa Washington Lima, economista do Sintrajud. O STF também deveria ser mais firme ao reivindicar a inclusão no orçamento do PCS do Judiciário.

Descaso

O veto à inclusão no orçamento teria partido do próprio presidente Lula, sob o "argumento" de que o "acordado" com o presidente do Supremo, Cezar Peluso, é resolver a questão só após as eleições de outubro. Mas os servidores não podem ficar esperando.

O diretor do Sintrajud Cléber Aguiar destaca que o fato de um Poder jogar a responsabilidade para o outro demonstra o descaso com a categoria. "Não podemos nos iludir que vamos garantir nosso PCS sem luta. Está cada vez mais claro que é preciso retomar as paralisações, os atos e 'arrastões' só assim vamos garantir que nossas reivindicações sejam atendidas".

Cléber ressalta ainda que é importante a inclusão do PCS na LOA, mas a previsão orçamentária não é pressuposto para aprovar o projeto. "Os PCS's anteriores foram aprovados sem que houvesse previsão no orçamento, o que foi garantido posteriormente por meio de projeto de lei, fruto da mobilização da categoria", afirmou.

Hora da retomada

Na segunda-feira, 23, haverá uma reunião com o diretor-geral do STF e representantes da Fenajufe, em Brasília. No dia seguinte, 24, a diretoria levará a proposta da paralisação no dia 30 à reunião da Fenajufe. O objetivo é buscar um calendário nacional unificado para fortalecer a luta. Nesta semana, haverá assembleias setoriais nos locais de trabalho e, no sábado, 28, assembleia estadual, onde serão definidas as próximas mobilizações. Além da luta pelo PCS, melhores condições de trabalho também serão incluídas na pauta de reivindicações da categoria. Os servidores não aceitam que suas vidas sejam colocadas em risco em seus locais de trabalho.

Juízes e procuradores querem reajuste anual conforme Constituição

Enquanto os servidores lutam pelo PCS, o presidente do STF, Cezar Peluso, e o procurador-geral da República, Roberto Gurgel, enviaram ao Congresso dois projetos de reajuste. O argumento é justamente fazer cumprir o artigo 37, inciso X, da Constituição, que assegura a revisão geral anual dos salários. Os projetos elevam suas remunerações para R$ 30,6 mil e permitem que, a partir de 2012, o reajuste salarial dos ministros e procuradores seja feito por ato administrativo do presidente do STF e do procurador-geral com base na variação do IPCA. Assim não haveria necessidade de os projetos de reajuste passarem pelo Congresso Nacional. "Seria bom que se aplicasse a mesma fórmula aos demais trabalhadores do serviço público em respeito à CF, que se refere à data-base para todos, repondo a inflação no salário de todos e não somente da magistratura", afirma José Carlos Sanches, diretor licenciado do Sintrajud.



Kit Gaion

Próxima reunião do Conselho de Base, no dia 28, terá posse de novos diretores

O Conselho de Base do Sintrajud irá se reunir no próximo dia 28 de agosto, sábado, para discutir e encaminhar a luta pela aprovação do PCS e organizar a retomada do movimento que tem o dia 30/08 como indicativo de paralisação de 24 horas. Neste dia, também serão empossados os diretores de base, eleitos no início de agosto.

A diretoria executiva da entidade, os representantes do Núcleo de Aposentados e os diretores de base compõem o Conselho de Base do Sintrajud. Trata-se de uma instância deliberativa que se reúne periodicamente para definir as bandeiras e lutas da categoria e formas de atuação. O Conselho começa às 9h e será realizado no auditório do Sintrajud (Rua Antonio de Godoy, 88, 15º andar).

Vitória da categoria
TRT-2 suspende corte de ponto
Pág 3

Funcionalismo
Servidores do TJ-SP enfrentam intransigência do governo
Pág 4

Eleições
Veja as propostas dos candidatos ligados à categoria
Pág 4

Risco de morte
Armários caem na JF de São José do Rio Preto
Pág 3

Opinião do Sintrajud

Os trabalhadores e as eleições

Bem antes do eleitor ir às urnas, no dia 3 de outubro, os marqueteiros e as empresas de comunicação decidiram que essa eleição seria 'polarizada' entre dois candidatos – Dilma Rousseff, do PT, e José Serra, do PSDB/DEM.

O primeiro dia da campanha confirmou que tal polarização é falsa, sem base ideológica ou políticas reais. Algumas análises observaram que pelas músicas e discursos dos locutores não dá para distinguir quem é quem. Igualmente falso, é dizer que todos os que concorrem às eleições são 'farinha do mesmo saco'. Há diferenças e elas são gigantescas entre determinadas candidaturas, notadamente as dos partidos que mantiveram características políticas de esquerda e laços estreitos com as lutas dos trabalhadores.

O problema é que o mercado da mídia fecha as portas para estes candidatos. O termo 'mercado', aliás, é perfeito para o processo eleitoral que vivemos. Mais do que em qualquer outra época, o voto tem um preço monetário. Campanhas milionárias, financiadas por grandes empresários, movem essa corrida, na qual as candidaturas do PT foram assumidas de vez pelo empresariado.

> **Tentam forçar uma falsa polarização e excluir outros pensamento do debate**

Toda doação tem seu preço. E o preço das grandes empresas e bancos é sempre atrelado a lucros.

Segundo dados divulgados no livro "A Mentira das Urnas – Crônica Sobre Dinheiro e Fraudes nas Eleições", de Mauricio Dias, não por acaso nas eleições de 1994 e 1998 as empresas de telecomunicações estiveram entre as maiores doadoras de recursos para as campanhas de Fernando Henrique.

Pois foi o primeiro governo FHC que privatizou o setor. As recentes vendas e fusões entre a meia dúzia de grupos que hoje controlam essa área, mostram que tipo de 'concorrência' era essa. Lula não hesitou em mudar a legislação para facilitar tais transações.

Ninguém duvida que elas, assim como os bancos e empreiteiras, continuarão encabeçando as listas de doações deste ano.

Neste cenário mais para farsa do que para debate de idéias, mais mercantil e aritmético do que político, que as candidaturas comprometidas com as lutas dos trabalhadores tentam se destacar e mostrar o que pensam. Não há espaço, como observamos, para ilusões democráticas nesse processo. Mas é importante que tenhamos nele quem defenda outra política, outros interesses. Voltados para construção de uma sociedade justa e que valorize quem trabalha e constrói de fato todas as coisas.

Sem perder de vista, porém, que as grandes transformações dependem da ação direta e coletiva para acontecer, não basta apertar botão.

Idéias

Um espaço para a livre expressão de opinião

Os artigos não refletem necessariamente a opinião da diretoria do Sintrajud

Conversa de bode com urubu

Maurício Bastos*

Um jornalista da revista Caros Amigos, Gilberto Vasconcellos, usou recentemente a expressão acima para representar a tentativa de setores da sociedade em conciliar capitalismo com ecologia. De fato, quase todo empresário quer embarcar no trem verde do ambientalismo que seduz as novas gerações em todo o mundo. O amor à natureza tornou-se "valor agregado" e proselitismo. Quem não viu recentemente propaganda de alguma empresa jurando que é verde, ecológica ou defensora do meio ambiente desde pequenininha ? Recentemente um conhecido empresário e líder conservador americano, Rudolph Murdoch, declarou em entrevista na TV : "Tenho orgulho de ser verde".

Mas, para eles, não basta "ser verde"; é preciso controlar a situação e, para usar a ecologia a seu favor, os neoliberais afirmam que o estado não têm competência técnica ou institucional para tomar medidas de defesa ao meio ambiente. Então propõe a auto-regulação e as iniciativas voluntárias como o melhor instrumento para a gestão ambiental. Não querem um Estado forte cuidando do meio ambiente.

Não deixa de ser curioso o fato de que em algum momento crucial da crise econômica que se abate sobre o planeta, Nicolas Sarkosy, presidente francês, incondicionalmente liberal, proferiu a frase: - Já está na hora de moralizar o capitalismo !

Como se fosse possível: O capitalismo é intrinsecamente imoral ! O capitalismo é a prevalência dos interesses privados sobre o bem comum. É a prática *"onde poucos exploram muitos"*.

Se Ecologia *é "a ciência das relações dos seres vivos entre si ou com o meio no qual vivem"*, o que esperar de um sistema que sobrevive da exploração do homem pelo homem ?

Capitalismo é o esgotamento de recursos. É o consumo desenfreado. É a ruína do meio ambiente. É a devastação de florestas. É a extinção de flora e fauna. É a redução de recursos naturais. É o envenenamento de rios e lagos. É a destruição da vida.

É mancha de óleo negro no mar azul. É sangue jorrando das baleias. É a alimentação transgênica dos nosso filhos.

Não têm sentido um discurso ecológico que não seja anticapitalista. Não dá pra colocar o foco na preservação do mico-leão dourado e esconder o debate preponderante: o capitalismo nunca vai preservar a natureza. Para tanto, ele precisaria limitar os lucros, acabar com a exploração predatória dos recursos naturais e humanizar as relações de trabalho.

Em artigo recente no Le Monde Diplomatique - em português, Yvon Quiniou, filósofo e escritor francês escreveu: "... exigir a moralização do capitalismo deveria conduzir, na realidade, a exigir sua supressão, por mais árdua que seja essa tarefa".

**** Maurício Tadeu Pires Bastos é servidor do TRE***

IDÉIAS - textos para esta seção devem ser enviados por email para *imprensa@sintrajud.org.br,* contendo no máximo 2.000 toques. Textos com excesso de caracteres serão reduzidos a critério da edição.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA 29ª REUNIÃO DO CONSELHO DE BASE DO SINTRAJUD/SP

O Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo – SINTRAJUD, por suas coordenadoras, em conformidade com o Estatuto Social da Entidade *(conforme parágrafo 1º do artigo 25)*, faz saber que fará realizar a **29ª REUNIÃO DO CONSELHO DE BASE DO SINTRAJUD, no dia 28 de agosto do ano corrente, a partir das 10 horas, em primeira convocação – no auditório do SINTRAJUD, situado a Rua Antonio de Godoy, nº 88, 15ª andar, Centro, São Paulo/SP.**

- **Painel: "Saúde do Trabalhador"**
- **Organização nos locais de trabalho**
- **Reivindicações por local de trabalho**
- **Informe das campanhas:**
- **Pela aprovação PCS-4**
- **Contra o Congelamento Salarial**
- **Calendário de mobilização e preparação da greve.**
- **Outros assuntos de interesse da categoria**
- **Solenidade de Posse da Nova Diretoria de Base SINTRAJUD**

A 29ª Reunião do Conselho de Base é aberta para todos os associados com o direito a voz. Competindo a Diretoria Executiva, Direção de Base e Representantes dos Aposentados, o direito a voz e voto.

Para que os eventos ocorram com empenho e organização, solicitamos aos interessados a confirmação de presença até o dia 26 de agosto de 2010 (quinta-feira), às 18h, no telefone: (11) 3222-5833, com as funcionárias Carla e Juliana, e/ou por e-mail: secpolitica@sintrajud.org.br, desta forma, podemos garantir a infra-estrutura necessária do evento.

Leica Claudio Silva
Coordenadora Geral
Maria Angélica Olivieri
Coordenadora Executiva

São Paulo, 18 de Agosto de 2010.

Imagem da Semana



Ernesto Christ comemora seus 89 anos no Núcleo dos Aposentados do Sintrajud

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO SINTRAJUD/SP.

O Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo – SINTRAJUD, por suas coordenadoras, em conformidade com o Estatuto Social da Entidade, faz saber que fará realizar a **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, no dia 28 de agosto do ano corrente, a partir das 17h30, em primeira convocação – no auditório do SINTRAJUD, situado a Rua Antonio de Godoy, 88, 15ª andar, Centro. São Paulo/SP.**

PAUTA:
Informes:
Assembleias setoriais
Reunião da Diretoria Executiva Fenajufe
Negociações
Campanha salarial
Aprovação do PCS 4;
Contra o Congelamento Salarial.
Calendário de mobilização e preparação da greve;
E, outros assuntos de interesse da categoria

Leica Claudio Silva
Coordenadora Geral
Maria Angélica Olivieri
Coordenadora Executiva

São Paulo, 20 de Agosto de 2010.

Direito de greve

Vitória da categoria: Pleno do TRT-2 evita desconto

Suspensão do corte de ponto no TRT-2 e no TST reafirmam que greve é um direito, e servidor não deve ser penalizado por defender suas reivindicações

Durante os 69 dias de greve nacional, administrações, tribunais e governo tentaram impedir o movimento dos servidores. Uma das estratégias utilizadas foi cortar salário de grevista. Assim, pelo medo de perder a verba que garante seu sustento, o trabalhador se intimidaria a lutar. Mas, felizmente, essas decisões estão sendo revertidas.

Nesta semana, em julgamento do recurso do Sintrajud contra o corte de ponto, o Pleno do TRT-2 suspendeu os efeitos da portaria GP 14/2010, do presidente do tribunal, que descontava os dias de greve a partir de 14 de junho. A sessão ocorreu na segunda, 16, depois de ter sido declarada a incompetência do Órgão Especial na semana anterior. Em ambas as sessões, servidores estiveram presentes para acompanhar o julgamento e pressionar os desembargadores a votar a seu favor.

Apesar do recurso protocolado e do pedido de suspensão dos efeitos da portaria, o desconto já havia sido incluído na folha de pagamento. Com a decisão do Pleno, o Sintrajud já está tomando providências para o devido pagamento. "Foi muito importante a categoria ter se mantido atenta e ter comparecido ao plenário", avaliou a diretora do Sintrajud, Inês de Castro.

No julgamento, a maioria dos desembargadores votou pela suspensão da portaria, três, pela manutenção, e quatro por sua revogação. Em defesa dos servidores, o advogado do Sindicato, César Lignelli, destacou que o direito de greve é garantido na Constituição Federal e a Lei 7.783/89 veda a utilização de qualquer medida para constranger o trabalhador. Além disso, argumentou que os serviços essenciais foram garantidos pelos servidores, que o salário é verba de natureza alimentar e, por último, disse que o STJ é quem deve julgar a legalidade ou não da greve. "Essa vitória no pleno é muito importante na defesa de um direito que é a greve, necessária para a defesa dos interesses da categoria, e deve nos dar fôlego para a continuidade da luta neste segundo semestre, já que o PCS ainda não foi aprovado. Também é a demonstração de que a categoria, unida e mobilizada nacionalmente, faz valer na prática seus direitos e conquistas", destacou Leica Silva, diretora do Sintrajud.



Wladimir de Souza

Servidores estiveram à frente da luta contra o corte de ponto

A recente decisão do ministro do STJ Castro Meira reforçou isso. A decisão proibiu os descontos dos servidores do TST e o ministro afirmou que cabe ao STJ decidir acerca do mérito de pagamento ou não. Para Inês, a categoria foi vitoriosa porque não aceitou o corte como um limitador da greve e deve se manter firme: "Nossa luta vai depender da garantia do direito de greve."

Condições de trabalho

Armários da JF / São José do Rio Preto caem e colocam em risco servidores

Na última segunda-feira, 16, os servidores da Justiça Federal de São José do Rio Preto viveram momentos de tensão. Um armário de ferro empilhado de processos caiu e foi derrubando os outros armários que estavam na frente tipo "efeito dominó". Com isso a parede que servia de divisória entre o setor de arquivo e o de Comunicação também caiu. Dois funcionários que estavam na sala ao lado tiveram que sair correndo pois não sabiam o que estava acontecendo."Fiquei apavorada. Foi um barulho ensurdecedor e fiquei preocupada que estivesse alguém no arquivo", contou a servidora Sônia Aparecida Carmelo, que estava na sala ao lado. Ela disse que em 17 anos de Judiciário foi a primeira vez que passou por uma situação dessa.

O servidor Mozart de Lima Silva também estava trabalhando na mesma sala de Sônia na hora do acidente. Para ele, a situação foi dramática. Trabalhamos em uma sala cercada de arquivos por todos os lados. Na hora ficamos sem saber o que fazer. A primeira reação foi correr pra se proteger", disse.

Segundo ele, por coincidência uma servidora que trabalhava em uma mesa próxima à parede estava de férias. "Foi muita sorte porque a mesa dela foi a mais atingida. O computador quebrou e com certeza ela também ficaria machucada", ressaltou. Até o momento não se sabe o que causou a queda do primeiro armário.

O diretor do Sintrajud Jorge Costa informou que procurou a administração e está aguardando o resultado do laudo. Porém, ele destaca que não se pode admitir que servidores trabalhem em condições que coloquem em risco sua própria vida. "Esperamos que a administração tome as providências para que situações como essa não voltem a ocorrer", disse.





"Efeito dominó": armário caiu e derrubou todos os outros

Jornal do Judiciário **Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo**

DIRETORIA: Ana Luiza de Figueiredo Gomes; Ana Maria Fevereiro; Antonio Carlos Correia; Antonio dos Anjos Melquiades; Cleber Borges de Aguiar; Démerson Parreira Galvão Dias; Eliseu da Silva Trindade; Erlon Sampaio de Almeida; Inês Leal de Castro; Jorge Costa; Leica Cláudio Silva; Maria Angélica Olivieri; Maria Cecília Pereira; Marcelo Penna Kagaia; José Carlos Sanches.

Sede: Rua Antonio de Godoy, 88/16º - São Paulo/SP - CEP 01034-000 - tel. (11) 3222 5833 - fax 3225 0608 - e-mail: sintrajud@sintrajud.org.br / **Subsede Baixada Santista:** R. Proost de Souza, 35 - Santos/SP - cep 11040-090 - e-mail: sintrajudsantos @uol.com.br - tel. (13) 3238 3807 / **Subsede Barra Funda:** R. Marquês de São Vicente, 235 - 19º and. - Bl. B - B. Funda/SP - cep 01139-001 - e-mail: subbarrafunda@sintrajud.org.br - tel. (11) 3392 3728 / 3525 9672 **Editora:** Jocilene Chagas **Jornalistas:** Adriana Delorenzo **Colaboradores:** Hélcio Duarte Filho e Fábia Correa **Diagramador:** Daniel Oliveira **Tiragem:** 13.000

TJ-SP não apresenta proposta e servidores seguem em greve

Servidores, há mais de 100 dias em greve, enfrentam intransigência do governo Serra/Goldman

Os servidores do Judiciário Estadual de São Paulo completaram 115 dias de greve na última sexta-feira, 20. A categoria reivindica a reposição das perdas salariais de 20,16%, já que, assim como ocorre no funcionalismo federal, o governo paulista também desrespeita sucessivamente a data-base.

Na última quarta-feira, 18, uma comissão de negociações dos servidores foi recebida pelos desembargadores Antônio Carlos Malheiros e William Campos no Palácio dos Bandeirantes. Mais uma vez, eles saíram sem qualquer proposta. Lá foram informados que o poder Executivo negou-se a repassar uma verba suplementar para o reajuste dos servidores.

"O TJ alega que não tem verba, e o Executivo nega verba suplementar", afirma Alexandre dos Santos, presidente da Assojubs, associação dos servidores do TJ. Ele conta que não foi apresentada nenhuma proposta, para poderem avaliar em assembleia.

Diante da intransigência, os servidores em assembleia na quarta-feira, 18, decidiram continuar em greve. Ficou marcada uma nova assembleia na quarta-feira, 25, na Praça João Mendes. Aprovaram também até quarta realizar atos, vigílias e protestos, em frente ao Fórum João Mendes, na Assembleia Legislativa e no Palácio dos Bandeirantes.

Especial eleições

O Sindicato abre espaço para os candidatos ligados à categoria, como divulgamos nas edições anteriores e em nosso site. Nesta edição, os candidatos apresentam suas propostas para o serviço público. Na próxima, os candidatos poderão enviar texto de 1000 caracteres sobre suas propostas para a saúde pública para o e-mail imprensa@sintrajud.org.br

Ana Luiza, Senadora 160 - PSTU



Em todo o país, o funcionalismo está sofrendo um brutal ataque por parte dos governos, nas três esferas: federal, estadual e municipal. As políticas adotadas têm como principal objetivo acabar com o serviço público e, consequentemente, atacar as condições de vida de todos os trabalhadores, e em particular os direitos e salários dos servidores.

Não nos iludamos, Lula-Dilma e Serra aplicaram estes planos de arrocho aos servidores em seus governos, e Marina votou em todos eles no Senado, como o PLP 549, que altera a Lei de Responsabilidade Fiscal, congelando por 10 anos o salário do funcionalismo e acaba com a estabilidade do servidor público.

As eleições são um momento importante para os trabalhadores refletirem sobre quem de fato defende as suas reivindicações. É preciso comparar os programas e as ações dos candidatos com as verdadeiras necessidades da população brasileira e que estejam à frente junto com os trabalhadores na defesa da saúde, educação, moradia e segurança da população.

Adilson Rodrigues - Deputado Federal 5012 - PSOL



Sou servidor público há 16 anos, período que enfrentamos inúmeras batalhas à frente do Sintrajud e Fenajufe contra o desmonte e precarização do estado e em defesa dos interesses da categoria.

Ao longo de nossa trajetória acumulamos que para assegurar serviço público de qualidade é preciso resgatar o conceito de que o espaço público é o local privilegiado, por excelência, para garantir e efetivar direitos do cidadão.

Assim, reivindicamos o fortalecimento do Estado, com definição de políticas públicas que contemplem as necessidades fundamentais da população.

Neste contexto, é preciso reconhecer os servidores públicos como sujeitos co-responsáveis pela formulação e execução de políticas públicas, devendo-se garantir sua profissionalização, com valorização da carreira, capacitação permanente e acesso aos cargos de direção, fazendo-se cessar o nepotismo e apadrinhamento político.

Garantir o controle social do serviço público, com fortalecimento do poder popular é outro imperativo, assegurando-se a participação do cidadão na concepção, acompanhamento e avaliação dos serviços prestados.

Sanches – Deputado Estadual 16030 - PSTU



No Brasil, o governo, apoiado por parlamentares que não têm qualquer compromisso com a luta dos trabalhadores, só está preocupado em atender os interesses de banqueiros e grandes empresários.

Em 2009, Lula deu 380 bilhões de reais para os bancos, enquanto para a educação e para a saúde não foi gasto nem 16% desse valor. Além disso, o lucro das grandes empresas quadruplicou nos dois mandatos de Lula e os bancos tiveram aumento ainda maior em seus rendimentos. Enquanto isso os gastos com saúde, educação e segurança diminuíram.

As candidaturas do PSTU estão em defesa do serviço público gratuito, estatal e de qualidade para todos, pela revogação das reformas da Previdência de FHC e Lula, que só prejudicaram os trabalhadores brasileiros; aposentadoria integral e com paridade para todos os trabalhadores e pelo fim do fator previdenciário.

Estamos na luta para acabar com as desigualdades sociais e avançar na construção de uma nova sociedade.

Geraldo Forte, Deputado Estadual 40622 - PSB



Sou brasileiro, mineiro, paulista de coração desde 1960; casado, três filhos e três enteados. Trabalho desde os 13 anos, advogado com impedimento desde a posse e exercício no TRF da 3ª Região em 1993; Atuando nos Movimentos populares, sindical, religiosos, e de combate às discriminações.

Sindicalizado nas categorias profissionais que trabalhei, assim como no "SINJUSFEM", que após a unificação com TRT, TRF, TRE, Justiça Militar, hoje SINTRAJUD; Politicamente, fui filiado ao Partidos dos Trabalhadores "PT" por dezoito anos, e há 12 anos no Partido Socialista Brasileiro "PSB", onde fui candidato a vereador em 2000 na cidade de São Paulo; deputado estadual, nos pleitos eleitorais de 2002, 2006 e 2010; Por fim caros colegas servidores tenho enquanto propostas para o Legislativo de São Paulo, implementar projetos de valorização do servidor Público estadual e municipal, em especial os da área da Educação, da Saúde e do Judiciário onde conheço as injustiças sofridas, me disponho a intermediar, em favor de projetos favoráveis ao servidor público federal, junto à bancada dos deputados federais paulista; sou pessoa simples, humilde, de poucos recursos, porém um eterno batalhador pela redução das desigualdades sociais